



**Ministério Público da Paraíba
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SUMÉ**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE SUMÉ – PARAÍBA.**

MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL

Trata-se de **Ação Ordinária com Pedido Liminar** proposta por **ELTON ROBERSON SANTOS FERREIRA, EDRIELY ALVEZ PESSÔA, ALEXANDRE CLEMENTE DA SILVA, MARIA JOSÉ DE ARAÚJO LIMA, GUSTAVO DA SILVA GUIMARÃES FREITAS e FRANCISCO CARLOS RIBEIRO**, já qualificados nos autos, em face do **Município de Prata/PB**, a fim de obter a ***“anulação da eleição para Conselheiro Tutelar no município de Prata”***.

Narra a petição inicial que o pleito realizado está eivado de vícios que ensejariam sua nulidade, em especial, (01) a atuação de agentes políticos em favor de determinados candidatos; (02) a suposta contagem equivocada de votos; (03) o fato de ***“enquanto algumas mesas apuradoras consideravam como válidos aqueles votos cuja marcação não estava registrada em local apropriado mas sim em cima da foto do candidato, outras mesas não tomavam a mesma decisão, descartando esse voto sob o argumento de que seria uma maneira de identificar o candidato”***; (04) a ausência de representante do Ministério Público no momento da votação; (05) ausência de policiais militares no dia da votação, entre outros.

Neste momento, cabe ao Órgão Ministerial manifestar-se acerca do pleito antecipatório.

É o breve relatório.

Pois bem, apesar das afirmações da exordial, não há prova nos autos acerca das irregularidades apontadas pelos Autores, de sorte que **NÃO** se mostra presente o *fumus boni juris* exigido pelo art. 300 do Código de Processo Civil, *in verbis*:

*Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver **elementos que evidenciem a probabilidade do direito** e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.*

Com efeito, não foi juntada qualquer prova a respeito dos vícios que ensejariam a invalidação da eleição. **Ao contrário, alguns pontos elencados pelos Promoventes, desde já, serão rechaçados, uma vez que envolveram a participação do Ministério Público.**

1. Da ausência de representante do Ministério Público no momento da votação.

Neste ponto, deve ser registrado que o membro do Ministério Público abaixo identificado compareceu pessoalmente ao local de votação no dia da eleição, acompanhado de um oficial da Polícia Militar do Estado da Paraíba – Terceiro Sargento Filho -, e dos servidores Deuvany Duarte Pereira (servidor cedido ao MP) e Lindomário Bezerra Cavalcanti (motorista do Município de Sumé/PB), onde fiscalizou os trabalhos e orientou os mesários e demais membros da comissão eleitoral.

Com isso, se mostra inverídica a alegação de nulidade com base na ausência do representante do Ministério Público no momento do pleito .

Ademais, ressalte-se que o Município de Prata **não é sede de Promotoria, integrando a Promotoria de Justiça Cumulativa de Sumé, que engloba um total de 05 Municípios: Sumé, Congo, Amparo, Prata e Ouro Velho/PB.**

Este Promotor de Justiça compareceu em todos os Municípios integrantes da Promotoria de Sumé, bem como alertou aos interessados que, em caso de necessidade e urgência, mantivesse contato com números de celular fornecidos ou com a sede da Promotoria de Sumé, eis que nem todas as localidades possuem o devido sinal de telefonia móvel – e a equipe do Ministério Público estava se deslocando entre os Municípios.

Embora o Ministério Público seja instituição sólida dotada de uma série de poderes e atribuições, a onipresença, por óbvio, não é uma característica que possa ser outorgada a seus membros. Assim, seria impossível que este Promotor de Justiça se fizesse presente concomitantemente em cinco municípios diferentes. Desse modo, após fiscalização *in locu* em todos os locais de votação, retornou com a equipe para a sede da Promotoria de Justiça aguardando qualquer chamamento.

Portanto, carece de veracidade o vício apontado pelos Demandantes, sendo possível a colheita de depoimentos dos servidores acima indicados para comprovar o alegado.

2. Da ausência da Polícia Militar.

Em sequência, afastando pontos trazidos na exordial, cumpre ressaltar que na inspeção realizada pelo Promotor de Justiça subscritor foi possível ver, conversar e orientar os Policiais Militares que se encontravam no local de votação, sendo mais uma alegação inverídica dos Promoventes.

Ora, a Polícia Militar se fez presente no local e momento da votação no Município de Prata, sendo pertinente, inclusive, colher os depoimentos dos funcionários públicos que acompanharam a fiscalização do Ministério Público.

In casu, percebe-se ausente um dos requisitos necessários à concessão da tutela de urgência - “elementos que evidenciem a probabilidade do direito” -, o que enseja o indeferimento do pedido.

Do exposto, o **Ministério Público do Estado da Paraíba:**

1. **OPINA PELO INDEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR**, ante a ausência do *fumus boni juris*;
2. **PUGNA** que, no momento da instrução, os Autores sejam intimados a se manifestar sobre os pontos rebatidos nesta manifestação e, caso mantenham que houve a ausência do Ministério Público e da Polícia Militar no dia do pleito, sejam ouvidos como testemunhas: (a) o Terceiro Sargento Filho (lotado na Companhia da PM de Sumé/PB); (b) Deuvany Duarte Pereira (lotado na sede da Promotoria de Justiça de Sumé) e; (c) Lindomário Bezerra Cavalcanti (lotado na Prefeitura de Sumé/PB).

Nesses Termos,

Pede e Espera Deferimento.

Sumé, 13 de novembro de 2019.

BRUNO LEONARDO LINS

Promotor de Justiça